

Análise contra o conceito de trauma cultural: ou como aprendi a amar o sofrimento dos outros sem ajuda da psicoterapia

*Analysis against the Concept of Cultural: Or how I Learned to Love Suffering of
Others without the Help of Psychotherapy*

Wulf Kansteiner e Harald Weilnböck



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/eces/2048>

DOI: 10.4000/eces.2048

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Referência eletrónica

Wulf Kansteiner e Harald Weilnböck, « Análise contra o conceito de trauma cultural: ou como aprendi a amar o sofrimento dos outros sem ajuda da psicoterapia », *e-cadernos CES* [Online], 25 | 2016, colocado online no dia 15 junho 2016, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/2048> ; DOI : 10.4000/eces.2048



WULF KANSTEINER, HARALD WEILNBÖCK

ANÁLISE CONTRA O CONCEITO DE TRAUMA CULTURAL: OU COMO APRENDI A AMAR O SOFRIMENTO DOS OUTROS SEM AJUDA DA PSICOTERAPIA

Resumo: O artigo avança com uma crítica à situação dos estudos do trauma cultural no início do século XXI. Nessa altura, alguns textos influentes (sobretudo as publicações de Cathy Caruth) contribuíram para o estabelecimento de um campo estruturado e interdisciplinar que relevava o trauma cultural como uma rutura bem-vinda em relação às hegemonias culturais e às narrativas principais existentes. Utilizando uma perspetiva desconstrutiva, o discurso dos estudos do trauma cultural desenvolvia conceitos clínicos do trauma, mas não se interessava pelas experiências e pelo tratamento das vítimas reais de trauma. Para além disso, este discurso colocava a tónica no papel que os média assumem na perpetuação do trauma cultural, mas falhava na utilização da investigação existente, pelo que assumia erradamente como um todo representações de violência dos média e experiências de trauma coletivo. Como resultado de uma curiosidade interdisciplinar e uma autorreflexão concetual insuficientes, o discurso do trauma cultural produzia reflexões problemáticas anti-narrativas e anti-empíricas, enaltecendo práticas centradas em textos artísticos e filosóficos como espaços de verdadeira resistência estética contra um status quo alegadamente repressivo do ponto de vista intelectual.

Palavras-chave: desconstrução, metáfora, psicoterapia, trauma cultural, violência.

ANALYSIS AGAINST THE CONCEPT OF CULTURAL: OR HOW I LEARNED TO LOVE SUFFERING OF OTHERS WITHOUT THE HELP OF PSYCHOTHERAPY

Abstract: The essay delivers a critique of the state of cultural trauma studies at the beginning of the 21st century. At that point in time, a few very influential texts, especially the publications of Cathy Caruth, helped establish a fairly homogenously structured interdisciplinary terrain that celebrated cultural trauma as a welcome disruption of existing cultural hegemonies and master narratives. Delivered from a deconstructive point of view, the cultural trauma discourse deployed clinical concepts of trauma but displayed no interest in the experiences and treatment of actual trauma victims. Moreover, the cultural trauma discourse emphasized the role of the media in the perpetuation of cultural trauma but failed to tap into existing media research thus mistakenly conflating mass media representations of violence with experiences of collective trauma. As a result of insufficient interdisciplinary curiosity and conceptual self-reflexivity, the cultural trauma discourse displayed troublesome anti-narrative and anti-empirical reflexes praising conventional, text-centered artistic and philosophical practices as sites of authentic aesthetic resistance against an allegedly repressive intellectual status quo.

Keywords: cultural trauma, deconstruction, metaphor, psychotherapy, violence.

Os manuais glorificam as histórias de sucesso da vida acadêmica. As entradas dos manuais devem ser, supostamente, sobre assuntos construtivos e inspiradores que transmitam às gerações futuras as visões das gerações atuais, que informem os seus leitores de forma sucinta sobre os quadros conceptuais e as metodologias importantes, e que demonstrem em que contextos e para que agendas de investigação é que estes instrumentos intelectuais podem ser aplicados com mais sucesso. No texto que se segue, não iremos atingir nenhum destes objetivos. Em vez disso, iremos dar conta de um fracasso espetacular, o fracasso dos estudiosos nas humanidades e nas ciências sociais em desenvolver um conceito de trauma verdadeiramente interdisciplinar apesar da frequente reivindicação do contrário. Iremos também indicar a responsabilidade por este desenvolvimento lamentável ao culpar os nossos colegas por aplicarem a teoria pós-estruturalista de formas muito pouco imaginativas e por, em resultado disso, desenvolverem um conceito estranhamente limitado e esteticizado de trauma.

Após este anúncio, talvez seja de acrescentar uma pequena nota. A nossa expectativa é que o que se segue não seja entendido como mais um exercício de ataque à teoria pós-moderna. Estamos firmemente comprometidos com o venerável projeto desconstrutivo de questionar as narrativas mestras, expondo os preconceitos ideológicos e os ângulos mortos do statu quo discursivo, e de prosseguir a análise cultural de uma forma autorreflexiva radical. Na verdade, opomo-nos ao discurso pós-moderno do trauma, que atualmente é tão popular nas humanidades, precisamente porque lhe falta autorreflexividade e porque elevou o conceito de trauma cultural ao estatuto de uma nova narrativa mestra. Estes efeitos negativos são particularmente acentuados nos departamentos de literatura, em que os estudos do trauma têm contribuído para o restabelecimento dos procedimentos convencionais de exegese textual como o alfa e o ómega do empreendimento filológico (Weilnböck, 2008). Em resultado disso, os próprios conceitos que foram originalmente desenvolvidos no contexto de uma crítica radical aos estudos literários e culturais tradicionais foram reequipados e reposicionados para servir essas tradições. Neste processo, a metáfora do trauma, adotada inicialmente num espírito de colaboração interdisciplinar, ajudou a restabelecer os estudos literários e culturais como campos académicos exclusivos e anti-interdisciplinares.

Unclaimed Experience, de Cathy Caruth (1996), é o texto mais influente, senão mesmo o texto fundador, dos estudos desconstrutivos do trauma.¹ Pela primeira vez, todos os elementos fundamentais do novo discurso do trauma são completamente desenvolvidos neste livro. Como muitos outros estudiosos, Caruth define trauma como

¹ Ver, também, Caruth (1995).

uma experiência que consiste em dois componentes em que a vítima do trauma nunca consegue reconciliar um com o outro. Um grave dano mental e talvez também físico que a vítima parece superar bastante bem é seguido por um início tardio dos sintomas, que, por vezes, parecem não ter relação causal com a lesão original. À primeira vista, Caruth parece definir trauma de modos que são completamente compatíveis com a investigação psicológica sobre trauma e stress pós-traumático. No entanto, ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, cujo estudo incide sobre as vicissitudes do sofrimento mental num contexto clínico, Caruth reconhece que a experiência e o conceito de trauma trazem uma visão sem precedentes para a condição humana. Ao aplicar uma estratégia interpretativa que vai buscar a Paul de Man, Caruth sublinha que o fracasso da vítima de trauma em reconciliar-se com as origens e os sintomas da sua doença mental representa um momento raro e valioso de autenticidade porque os seres humanos apenas têm uma oportunidade de perceber diretamente a realidade quando os sistemas culturais de significação se desintegram temporariamente sob o seu próprio peso. Desta forma, o trauma é concebido como uma revelação que nos ensina acerca dos limites e possibilidades da cultura humana. Infelizmente, no entanto, naquele momento de desintegração cultural e de excepcional perspicácia, somos incapazes de compreender plenamente, quanto mais de representar com sucesso as nossas percepções. Ou, como Caruth afirma em termos bastante apocalípticos, a “história só pode ser compreendida na própria inacessibilidade da sua ocorrência” (1996: 18). Para Caruth, este fracasso principal da representação constitui “a verdade e a força da realidade que os sobreviventes do trauma enfrentam e que muitas vezes nos tentam transmitir” (1995: vii).

O modelo compacto de Caruth perde muito do seu apelo se se discordar da premissa de Man e se se acreditar que os limites da representação podem ser explorados e superados em alguns contextos e através de uma série de diferentes estratégias representacionais. Mas, mesmo que se partilhe o etos desconstrutivo de Caruth, o seu modelo ainda constitui um formidável enigma moral que ela não reconheceu nem resolveu. Do ponto de vista da vítima do trauma, cuja sobrevivência pode depender da sua capacidade para reparar a sua confiança em sistemas humanos de significação tão rapidamente quanto possível, a exuberante estetização e valorização do trauma de Caruth parece cruel, talvez até mesmo cínica. Este problema é exacerbado pelo desinteresse de Caruth pelo processo terapêutico. Tal como outros defensores do paradigma desconstrutivo do trauma, Caruth inclui no seu livro amplas referências a estudos psicológicos do trauma, mas este gesto interdisciplinar é imediatamente comprometido por uma apropriação bastante seletiva e muitas vezes descontextualizada da literatura empírica. Caruth acredita, por exemplo, que a

experiência de trauma deve permanecer inacessível à representação. Estas conclusões confirmam os axiomas desconstrutivos de Caruth, mas não são corroboradas pela literatura clínica. Muitos psicólogos e terapeutas concordam que as experiências traumáticas podem ser representadas fidedignamente na linguagem narrativa quotidiana, por exemplo, em resultado de terapia bem-sucedida (Leys, 2000).

Suspeitas intelectuais sobre os efeitos negativos e autodestrutivos da cultura ocidental e do Iluminismo, que se refletem nas intervenções de Caruth, têm uma longa e impressionante tradição, remontando pelo menos a finais do século XIX. As suspeitas pareceram ainda mais credíveis após a II Guerra Mundial porque a sociedade nazi e as suas experiências de engenharia social e genética representam exemplos particularmente assustadores de autodestruição humana. Mas o projeto intelectual de pensar contra a corrente da cultura ocidental, que ainda se apresentava como um processo árduo e radicalmente autocrítico nos escritos de Adorno, Lyotard e outros, transformou-se entretanto numa atividade académica autoimportante e conveniente, especialmente, mas não exclusivamente, na glorificação em voga do trauma (Kansteiner, 2004). Caruth não é certamente responsável por esse desenvolvimento, mas o seu modelo tem sido enfática e apoditicamente adotado numa grande diversidade de contextos académicos, unindo, sob o signo do trauma, sociólogos, cientistas políticos, educadores e especialistas em estudos culturais e literários, todos eles de pendor pós-estruturalista.

Na Alemanha, o paradigma desconstrutivo do trauma tem um defensor particularmente entusiástico em Manfred Weinberg, um antropólogo literário da Universidade de Konstanz. Tal como Caruth, Weinberg acredita que o trauma está “sempre já inscrito na memória” e tem um valor epistemológico específico, embora, novamente na esteira de Caruth, se apresse a acrescentar que, por definição, qualquer representação consciente do trauma continua a ser “inadequada” (Weinberg, 1999: 205) porque “o trauma é a verdade inacessível de relembrar” (ibidem: 204). Weinberg lamenta que muitos estudiosos não tenham entendido corretamente ou não respeitem a lógica peculiar e contraditória do trauma, segundo a qual a verdade existe, mas não pode nem deve ser expressa. Na sua análise, os textos académicos sobre história e filosofia têm a finalidade de “nos fazer esquecer o lado traumático de toda a memória” e nesse aspeto diferem dos textos literários, que são capazes de explorar a interdependência entre trauma e memória de uma forma mais sincera e produtiva (ibidem: 206).

Weinberg é bastante franco sobre o seu desinteresse, se não mesmo antagonismo, relativamente à psicologia e à psicoterapia. Não pretende melhorar o seu conhecimento sobre o sofrimento e o tratamento clínico das vítimas de trauma e

desta forma ajudar a reduzir a amplitude da lesão traumática que ocorre no mundo. Weinberg afirma explicitamente que “o aspeto clínico é precisamente o que não me interessa – ou me interessa apenas de forma marginal – sobre o trauma” (Weinberg, 1999: 173). Em vez disso, acolhe o trauma como um instrumento conceptual indispensável e subscreve um código de ética pós-estruturalista ao prometer «fazer qualquer coisa ao seu alcance para provar a incurabilidade do trauma» e repelir qualquer “abolição do trauma” (ibidem). A confissão de Weinberg sublinha uma das características mais intrigantes da teoria desconstrutiva do trauma. Os defensores do paradigma desconstrutivo do trauma vão buscar alguns dos seus principais termos e conceitos à psicanálise e à psicologia, mas assumem uma atitude antianalítica e antiempírica radical. Caruth, Weinberg e muitos dos seus companheiros de viagem intelectuais gostam de especular de forma abstrata sobre o significado filosófico do trauma e aplicam esses conceitos aos seus estudos da cultura e da história, mas não estão interessados no fenómeno empírico do trauma e das experiências traumáticas de pessoas reais. Os defensores do conceito de trauma cultural não se limitam simplesmente a enfatizar que é extremamente difícil ter acesso e compreender o trauma – uma avaliação partilhada pela maioria dos médicos –, insistem categoricamente que por razões conceptuais o trauma “deve permanecer inacessível à memória” e à representação cultural (ibidem: 204).

Weinberg não é de todo o único representante dos estudos literários e culturais alemães que adota o conceito desconstrutivo de trauma com um fervor quase religioso. Há muitos outros estudiosos na área prontos a denunciar qualquer “sacrilégio” que possa ser cometido contra o que entendem ser a “integridade do trauma” (Baer, 2000: 27). Diante de tais ameaças, os defensores do conceito desconstrutivo de trauma emitem avisos quanto a “cometer uma traição que viola a fidelidade aos mortos”, embora tendam a ser bastante vagos sobre o significado preciso destes termos e sobre os seus critérios de julgamento (Sebald, 1990: 121). Mas vamos deixar o campo dos estudos literários e culturais alemães e passar para uma disciplina diferente e um continente diferente e ver como o conceito de trauma é usado como instrumento didático na Universidade de Toronto. Roger Simon, diretor do Testimony and Historical Memory Project, tem estudado exaustivamente a forma como os abusos dos direitos humanos e outras crises são mais bem representados nas exposições de museus. Debruçou-se em particular sobre as memórias culturais do campo de concentração de Ravensbrück, a epidemia de SIDA, os linchamentos racialmente motivados nos EUA e a deslocação forçada das populações indígenas no Canadá. Simon parece ter abordado estes temas com uma profunda desconfiança em relação a todas as formas narrativas de evocação, porque as narrativas são muitas

vezes utilizadas para justificar a violência extrema, tanto antes como depois do facto. Simon gostaria de preservar o efeito culturalmente disruptivo do trauma e defende com grande pathos a criação de espaços memoriais que evitem a normalização e o poder sedativo da narrativa e ponham em causa “os quadros de certeza que fundam os nossos entendimentos da existência” (Simon, 2004: 186). Para isso, interpreta o testemunho dos sobreviventes procurando vestígios da “presença ausente” e incentiva os estudantes e os visitantes dos museus a responder às representações de trauma através de formatos não narrativos – ao mesmo tempo que se orgulha bastante da sua procura ‘arriscada’ de novas “formas de não indiferença” (Simon, 2004: 187).

Para alguém que esteja convencido sobre os efeitos destrutivos e normalizadores da narrativa, as estratégias representacionais promovidas por Simon podem parecer bastante razoáveis. Mas o statu quo didático em Toronto parece bastante doutrinário se se estiver disposto a manter uma mente aberta sobre a narrativa enquanto instrumento potencial de repressão e de desinformação, assim como de esclarecimento e terapia. O fogo-de-artifício metafórico do texto de Simon, um excelente exemplo da filosofia desconstrutiva do trauma, parece ser uma tentativa bastante óbvia de fazer avançar um programa estético muito específico, ao aproveitar-se do capital político-cultural da memória do Holocausto.

O desdém pela narrativa e o medo das tentativas de assimilar o trauma são uma especialidade dos estudos desconstrutivos do trauma. A própria Caruth adverte que quaisquer esforços para verbalizar e integrar experiências traumáticas irão inevitavelmente destruir a valiosa precisão do trauma. Até mesmo o intelectual e historiador Michael Roth, que tem mostrado ser crítico do que apelida de “ontologia pós-estruturalista do trauma”, incentiva a não ceder à “luxúria da narrativa” e, nesse processo, normalizar e banalizar o trauma (Roth, 1998: 168). Estas advertências são importantes e vale a pena serem consideradas. A nossa cultura produz, de facto, muitas representações duvidosas de trauma que podem ter efeitos indesejáveis ou mesmo negativos nos seus públicos. Mas a rejeição indiscriminada da narrativa torna o paradigma desconstrutivo do trauma incompatível com os resultados da investigação clínica, que tem mostrado consistentemente que a integração das experiências traumáticas nas estruturas narrativas é um instrumento indispensável da psicoterapia e que as formas narrativas de representação ajudam os grupos e as entidades coletivas a reconciliar-se com acontecimentos violentos e as suas consequências mentais e sociais. Na verdade, alguém que incentive outras pessoas a aceder às áreas mais problemáticas da sua memória pessoal e ao mesmo tempo impeça que os processos narrativos tenham lugar corre o risco potencial de as retraumatizar e de induzir um estado de dependência psíquica (Fischer, 2005: 205).

Num outro posto avançado dos estudos do trauma, na Universidade de Gales, em Aberystwyth, encontra-se Jenny Edkins, professora no departamento de política internacional. As suas publicações sobre trauma e política, especialmente sobre o legado do 11 de Setembro, proporcionam um excelente estudo de caso para a maneira como os defensores do trauma desconstrutivo avançam rapidamente de um entendimento do trauma como dano a pessoas específicas para a noção abstrata e metafórica do trauma como uma rutura bem-vinda de estruturas existentes de incorporação social e institucional sem uma diferenciação significativa entre estes dois níveis de análise. No início de um dos seus textos, Edkins enfatiza apropriadamente que “são as pessoas, na sua fisicalidade e na sua vulnerabilidade, que vivenciam o trauma, corporal e psiquicamente, e as memórias deveriam pertencer-lhes a elas” (2006: 100). De seguida, Edkins embarca numa impressionante viagem teórica. Primeiro, ensina-nos através da psicanálise lacaniana que todas as percepções do sujeito e da sociedade são fantasias sociais com base em significantes mestres que escamoteiam a ausência existencial no âmago da percepção humana de si mesmo e do outro. A seguir, invoca Derrida para nos lembrar que todas as decisões verdadeiramente políticas envolvem um momento radical de indecidibilidade porque exigem a invenção de novos critérios de julgamento que não podem ser derivados do *statu quo* político anterior. Através de um número de paragens teóricas adicionais, incluindo Caruth, Agamben e Foucault, chegamos finalmente à conclusão previsível de que o trauma põe em causa as percepções do mundo que nos dão uma sensação de segurança, por exemplo, ao minar as distinções convencionais entre sujeito e objeto em que se baseiam essas percepções. Ou, como Edkins declara sem rodeios, acontecimentos como o 11 de Setembro revelam, entre outras coisas, a “indistinguibilidade da carne e do metal” (2006: 110).

Com pouca sutileza desconstrutiva, Edkins enuncia a lição política otimista da sua intervenção. Uma vez que o “trauma é claramente uma rutura em histórias estabelecidas”, ele ameaça a autoridade política centralizada baseada em tais histórias e abre espaços para a resistência política (Edkins, 2006: 107). Assim, Edkins denuncia a insistência do presidente Bush em narrativas convencionais de heroísmo e sacrifício e aplaude intervenções artísticas que minam tais narrativas e insistem no vazio interpretativo criado pelo trauma. Depois de todo este excesso teórico e de parcialidade política, perde-se convenientemente o rasto às vítimas e à sua fisicalidade e vulnerabilidade mental. E se os sobreviventes, a quem as memórias supostamente pertencem, quisessem adotar histórias de heroísmo e sacrifício e renovar a sua crença na distinção fictícia, embora bastante útil, entre carne e metal? Que sentido faz defender o alargamento do momento do trauma simplesmente porque

num nível metafórico abstrato a experiência do trauma se alinha muito bem com as ideias filosóficas de Lacan, Derrida e outros? Pode, de forma responsável, perguntar-se às pessoas após acontecimentos como o 11 de Setembro para aceitarem os seus danos mentais e a sua vulnerabilidade e questionarem as noções lineares de tempo e temporalidade, apesar da possibilidade de que tais recomendações, se realmente implementadas, poderem constituir riscos psicológicos graves para alguns indivíduos e coletivos?

Decerto não queremos insinuar que Edkins tenha a intenção de fazer mal ou que tenha de facto causado danos a alguém (nem o fazemos relativamente a Caruth, Weinberg e Simon ou a qualquer outro autor cujos textos referimos neste artigo). Simplesmente estamos perplexos em relação a académicos com uma considerável ambição e capacidade interdisciplinar – afinal, os escritos de Lacan e Derrida não fazem parte do currículo normal da licenciatura em relações internacionais – que não se sentem à vontade ou compelidos a aproveitar a literatura empírica sobre o trauma quando estudam o rescaldo de acontecimentos traumáticos concretos como o 11 de Setembro. Por último, se alguém está realmente convencido de que as crises sociais são um momento oportuno para questionar as ficções sociais, então pode querer começar mais perto de casa e refletir autocriticamente sobre a ficção académica de trauma cultural, que os teóricos pós-estruturalistas podem não ter inventado, mas que defendem vigorosamente.

A última paragem na nossa viagem internacional traz-nos de volta aos EUA, o centro dos estudos do trauma cultural, e, mais especificamente, à Universidade de Yale, onde a desconstrução tem uma história particularmente longa. Mas não vamos visitar os departamentos de Francês ou de Literatura Comparada em que de Man ensinou nas décadas de 1970 e 1980 e, em vez disso, vamos procurar Ron Eyerman, um sociólogo que estudou a memória coletiva da escravatura nos EUA e fazia parte de um grupo internacional de estudiosos que se reunia em Yale em 1998/99 para estudar o trauma cultural e a identidade coletiva (Alexander et al., 2004). Eyerman compilou um impressionante conjunto de dados sobre a representação da escravatura na cultura dos EUA. Mas também cometeu um erro conceptual que põe em causa a sua interpretação dos dados. De acordo com Eyerman, os traumas culturais – neste caso, o trauma cultural da escravatura – são produzidos e reproduzidos através das representações dos média, o que provoca “uma dramática perda de identidade e significado, um rasgão no tecido social de um grupo relativamente coerente”, por exemplo, uma nação ou a comunidade afro-americana nos EUA (Eyerman, 2001: 3). Esta definição de trauma cultural ou coletivo reflete muito bem o entendimento comum de trauma como uma forma grave de dano, mas Eyerman não apresenta qualquer

prova empírica para este efeito alegadamente destrutivo dos filmes, programas de TV, romances e outros produtos culturais que lidam com o tema da escravatura. Além disso, é bastante improvável que essa prova exista. Pelo que sabemos, os textos dos média podem ter uma ampla gama de efeitos nos seus públicos, mas parece que é extremamente raro ocorrerem efeitos traumáticos. Finalmente, e mais importante, muitas representações dos média sobre acontecimentos traumáticos históricos, por exemplo, as séries de televisão Raízes e Holocausto, moldaram a identidade de grupos de uma forma que ajudou as minorias sociais a obter reconhecimento público pelo sofrimento passado. Podem levantar-se objeções a esses desenvolvimentos por razões políticas, mas é enganador descrever a reconstituição das identidades afro-americana e judaico-americana que ocorreram na sequência desses acontecimentos mediáticos como traumatismos culturais, mesmo que o termo se aplique apenas em sentido metafórico. Infelizmente, o erro de Eyerman não é único; muitos estudiosos dos estudos do trauma cultural conceptualizam a relação entre trauma, média e identidade coletiva em termos identicamente simplistas e confundem representações de violência com a presença e reprodução de trauma. O trabalho de Eyerman e de outros ganharia bastante com o desenvolvimento de instrumentos psicológicos sofisticados e variados que poderiam substituir o conceito simples de trauma e ajudar a conceber estudos empíricos bastante necessários sobre os efeitos das representações da violência, da guerra e do genocídio nas sociedades mediáticas contemporâneas.

No final da nossa curta viagem, não pretendemos alegar que há uma conspiração global dos estudos do trauma, mas gostaríamos de enfatizar que os muitos caminhos paralelos percorridos durante a institucionalização do pensamento pós-moderno no meio académico ocidental têm produzido resultados muito semelhantes em diferentes contextos. Parece ser uma característica geral deste processo de institucionalização que, por exemplo, a propósito de uma ampla gama de disciplinas, os académicos repitam de forma inflexível um conjunto limitado de crenças e deixem de perguntar, já para não falar em tentar responder, as questões teóricas e empíricas realmente difíceis sobre as formas pelas quais os seres humanos, individual e coletivamente, vivenciam o trauma e respondem às experiências traumáticas dos outros. Obviamente, há exceções importantes no campo dos estudos do trauma e, neste contexto, gostaríamos de destacar o trabalho de Dominick LaCapra (2001), que aplicou com sucesso os conceitos psicológicos e psicanalíticos nas suas análises da memória do Holocausto. LaCapra também identificou um dos erros conceptuais fundamentais no âmago do discurso desconstrutivo do trauma. Muitos defensores do conceito de trauma cultural misturam os desafios psicológicos que todos os seres humanos

enfrentam na sua vida quotidiana, especialmente no processo de amadurecimento, com a provação psicológica extraordinária enfrentada, por exemplo, pelas vítimas de violência extrema (LaCapra, 2001). Em resultado deste erro, assumem que, de uma maneira ou de outra, todas as pessoas participam na experiência do trauma, por exemplo, quando se debatem com o relativismo inexpugnável de todas as formas de comunicação e cultura humana.

No entanto, empiricamente falando, na maioria das sociedades e na maioria das circunstâncias históricas, apenas uma pequena parte da população sofre com o que os critérios clínicos definem como stress pós-traumático. Os estudos empíricos têm mostrado que os sobreviventes de violência extrema são particularmente propensos a pertencer a essa parte da população e vivenciam sintomas graves de stress mental. Ao mesmo tempo, também é verdade que os sintomas pós-traumáticos de vários tipos podem ser causados por muitos fatores, incluindo experiências aparentemente normais e prosaicas, mas esse facto torna mais importante diferenciar empírica e conceptualmente entre diferentes formas de violência e as suas consequências sociais e psicológicas.

Na nossa análise, o paradigma desconstrutivo do trauma sofre de cinco problemas fundamentais e inter-relacionados que temos tentado ilustrar neste texto:

- um conceito de trauma vago e metafórico, que faz equivaler o sofrimento concreto das vítimas de violência às perguntas ontológicas relativas a uma ambivalência fundamental da existência e comunicação humana, oblitera as diferenças empíricas relevantes entre as várias maneiras como as pessoas são afetadas pela violência e, portanto, constitui um grave insulto em relação às pessoas que realmente sofrem de stress pós-traumático;
- uma surpreendente ausência de curiosidade interdisciplinar. Os defensores do paradigma desconstrutivo do trauma aplicam seletivamente a terminologia psicológica e psicanalítica, mas curiosamente fazem-no de uma forma antipsicológica e é raro consultarem sistematicamente a literatura clínica recente que informa sobre a teoria e a prática da terapia do trauma e levanta questões sérias sobre o conceito de trauma cultural;
- um desinteresse igualmente perturbador em relação à investigação empírica sobre os efeitos dos média. Os defensores do paradigma desconstrutivo do trauma afirmam que os traumas culturais são produzidos e reproduzidos através dos média, mas não têm tirado partido da vasta literatura académica sobre os efeitos dos média que contradizem essas suposições simplistas;
- um medo quase paranoico da narrativa baseado no axioma de que toda a narração tem efeitos de distorção e normalização e que por isso destrói as

perspetivas fundamentais pré-narrativa reveladas pelo trauma. Este reflexo antinarrativa contradiz o consenso em estudos de psicoterapia de que a narração é um instrumento indispensável para a cura;

- uma valorização e estetização do trauma, da grande arte e da filosofia como lugares de autenticidade intangível e etérea. Esta atitude promove percepções tradicionais das ciências humanas e da academia, é inerentemente antiempírica e explica a facilidade com que os recursos científicos são ignorados.

Em conclusão, gostaríamos de embarcar agora na nossa própria curta viagem metafórica. Na nossa análise, o discurso desconstrutivo do trauma parece ser compatível com a mentalidade e o ponto de vista de um certo tipo de espectador que, apesar de não ter estado pessoalmente envolvido em qualquer acontecimento de violência excecional, se sente compelido a ponderar o significado de tais acontecimentos em termos filosóficos abstratos. Na verdade, a criação de distância entre si próprio e momentos de extremo sofrimento humano pode ser precisamente o sentido desse exercício, porque o espectador aparentemente quer eliminar mentalmente a experiência empírica de trauma através da especulação ontológica.

Consideramos que a única forma plausível para explicar essa ambição intelectual é presumir que o espectador está, na verdade, a fugir ou a negar alguma área importante da memória pessoal que ressoa semiconscientemente com as questões históricas do trauma que estão em causa. Estas associações mentais que acompanham o trabalho do teórico do trauma podem abranger experiências passadas de danos psíquicos limitados ou memórias de se ter cometido ou tolerado infrações menores e em retrospectiva podem parecer irrelevantes. Mas os momentos fugazes de violência irão continuar a desencadear mecanismos psicológicos de defesa e a refrear a curiosidade intelectual do sujeito a menos que sejam reconhecidos como experiências formativas. Estas especulações explicam como é que o espectador poderia ser perturbado por uma mistura inescrutável de ansiedade inconsciente, sentimentos de culpa latentes, entorpecimento da diferenciação cognitiva e uma vigorosa ambição teórica. Em resultado disso, começa a ver trauma teórico em todo o lado ao mesmo tempo que se abstém de falar sobre a violência e o sofrimento em termos concretos.

Obviamente, o símile do teórico do trauma intelectual enquanto espectador contemplativo do Holocausto é entendido como uma expressão metafórica, embora consideremos que é uma metáfora mais precisa e útil do que a própria metáfora do trauma cultural. Muita da teoria desconstrutiva do trauma parece representar uma tentativa frustrada de reconciliação com acontecimentos como a 'Solução Final' e, mais especificamente, para resolver o fracasso dos espectadores em evitar catástrofes

de origem humana e lidar com as suas heranças de forma produtiva. A nossa metáfora ilustra a inexistência de algo como um espectador neutro – política, pessoal ou cientificamente – e essa percepção deve ser refletida no nosso trabalho académico. É necessário superar o infeliz impasse epistemológico causado pelo apego contemplativo ao trauma e à representação teórica e desenvolver novos instrumentos qualitativo-empíricos de investigação para estudar os efeitos psicológicos da violência e a sua representação cultural com precisão e competência teórica.

NOTA DOS AUTORES

Um artigo em que se dá continuidade a este texto, intitulado “Remembering Violence: In Favor of Qualitative Literary and Media Interaction Research”, foi submetido à revista de acesso livre Forum Qualitative Social Research (<http://www.qualitative-research.net>).

Revisto por Victor Ferreira

WULF KANSTEINER

School of Culture and Society
Jens Chr. Skous Vej 5, Building 1461, 521, 8000 Aarhus C, Dinamarca
Contacto: wk@cas.au.dk

HARALD WEILNBÖCK

Cultures Interactive
Mainzer Str. 11, 12053 Berlim, Alemanha
Contacto: hweilnboeck@gmx.de

Artigo recebido a 05.01.2015

Aprovado para publicação a 19.09.2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, Jeffrey; Eyerman, Ron; Giesen, Bernard; Smelser, Neil; Sztompka, Piotr (2004), Cultural Trauma and Collective Identity. Berkeley, CA: University of California Press.
- Baer, Ulrich (2000), "Niemand zeugt für den Zeugen": Erinnerungskultur und historische Verantwortung nach der Shoah. Frankfurt: Suhrkamp.
- Caruth, Cathy (org.) (1995), Trauma: Explorations in Memory. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Caruth, Cathy (1996), Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Edkins, Jenny (2006), "Remembering Relationality: Trauma Time and Politics", in Duncan Bell (org.) Memory, Trauma, and World Politics: Reflections on the Relationship between Past and Present. New York: Palgrave Macmillan, 99-115.
- Eyerman, Ron (2001), Cultural Trauma: Slavery and the Formation of African American Identity. New York: Cambridge University Press.
- Fischer, Gottfried (2005), "Von den Dichtern lernen...": Kunstpsychologie und dialektische Psychoanalyse. Würzburg: Königshausen & Neumann.
- Kansteiner, Wulf (2004), "Genealogy of a Category Mistake: A Critical Intellectual History of the Cultural Trauma Metaphor", Rethinking History, 8(2), 193-221. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13642520410001683905>.
- LaCapra, Dominick (2001), Writing History, Writing Trauma. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Leys, Ruth (2000), Trauma: A Genealogy. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Roth, Michael (1998), "Trauma, Repräsentation und historisches Bewußtsein", in Jörn Rüsen; Jürgen Straub (orgs.), Die dunkle Spur der Vergangenheit: Psychoanalytische Zugänge zum Geschichts-bewußtsein. Frankfurt: Suhrkamp, 153-173.
- Sebald, Winfried Georg (1990), "Jean Améry und Primo Levi", in Irene Heidelberger-Leonard (org.), Über Jean Améry. Heidelberg: Winter, 115-124.
- Simon, Roger (2004), "The Pedagogical Insistence of Public Memory", in Peter Seixas (org.), Theorizing Historical Consciousness. Toronto: University of Toronto Press, 183-201.
- Weilnböck, Harald (2008), "'The Trauma Must Remain Inaccessible to Memory': Trauma Melancholia and Other (Ab-)Uses of Trauma Concepts in Literary Theory", Eurozine, de 19 de março. Consultado a 07.10.2016, em <http://www.eurozine.com/articles/2008-03-19-weilnböck-en.html>.
- Weinberg, Manfred (1999), "Trauma – Geschichte, Gespenst, Literatur – und Gedächtnis", in Elizabeth Bronfen; Birgit Erdle; Sigrid Weigel (orgs.), Trauma: Zwischen Psychoanalyse und kulturellem Deutungsmuster. Köln: Böhlau, 173-206.